



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ CURSO LICENCIATURA EM FÍSICA**

JOSENAIRA GONÇALVES PEREIRA

**OS RELATOS DOS PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR
DEMerval LOBÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NO ENSINO FUNDAMENAL.**

ANGICAL DO PIAUI

2019

JOSENAIRA GONÇALVES PEREIRA

OS RELATOS DOS PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR
DEMERVAL LOBÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NO ENSINO FUNDAMENAL.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado como exigência parcial para
obtenção do diploma do Curso de Licenciatura
em Física do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí. Campus Angical
do Piauí. Orientador: Prof. Esp. Juraci Pereira
dos Santos

ANGICAL DO PIAUÍ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Pereira, Josenaira Gonçalves

P436r Os relatos dos professores da Unidade Escolar Demerval Lobão sobre o processo de inclusão de alunos surdos no ensino fundamental / Josenaira Gonçalves Pereira. - 2019.
20 f.: il. color.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Angical Licenciatura em Física, 2019.

Orientador : Prof Esp. Juraci Pereira dos Santos.

1. Educação inclusiva. 2. Surdez. 3. Desafios. I. Título.

CDD - 530

Elaborado por Jesselina Soares de Sena CRB 3/1373

JOSENAIRA GONÇALVES PEREIRA

OS RELATOS DOS PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR DEMERVAL LOBÃO SOBRE O
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado como exigência parcial para
obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em
Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí. Campus Angical do Piauí

Aprovada em: 26/ 02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Juraci Pereira dos Santos (Orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Me. Liberalino de Sousa Meneses

Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Esp. Maria Aparecida Alves de Carvalho

Instituto Federal do Piauí (IFPI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concebido, mas uma vitória, as meus pais e avos por me incentivarem nessa longa caminhada (meu muito obrigado) ao meu esposo por esta sempre ao meu lado e aos meus amigos, agradeço também aos meus professores pelos conhecimentos adquiridos durante a minha vida acadêmica e ao meu orientador Juraci Pereira dos Santos pela paciência e dedicação por mim e ao meu trabalho.

OS RELATOS DOS PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR DEMERVAL LOBÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Josenaira Gonçalves Pereira ¹

Juraci Pereira dos Santos ²

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental da Unidade Escolar Demerval Lobão (UEDL), localizada na cidade de Angical do PI, para ministrar aulas para alunos surdos. Assim, fez-se necessário conhecer as dificuldades e desafios que os professores do ensino fundamental encontram ao ministrarem aulas para esses alunos, pretendendo verificar as metodologias utilizadas para superar os desafios do processo ensino-aprendizagem, o estudo teve base nos trabalhos dos seguintes autores: Capovilla (2000), Honora (2014), Strobel (2009), Mantoan (1999), Sartorreto (2011) entre outros. O trabalho trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa, os resultados indicam interesse por parte dos professores em contribuir com a aprendizagem dos alunos surdos, porém existe falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Nesse sentido, buscam alternativas além de atividades escritas e coletivas, como forma de acolhimento aos alunos surdos. Ademais, a falta de intérpretes educacionais na escola dificulta a aprendizagem desses alunos.

Palavras--chave: Educação Inclusiva. Surdez. Desafios.

ABSTRACT

The present work has the purpose to investigate the difficulties faced by the teachers of the Elementary School of the Unidade Escolar Demerval Lobão (U.E.D.L), located in the town of Angical do PI, to teach classes for deaf students. Thus it is necessary to know the difficulties and challenges that teachers of basic education are to minister classes for these students, intending to check the methodologies used to overcome the challenges of the teaching-learning process. Methodologically the study was based on the work of the following authors: Capovilla (2000), Honora (2014), Strobel (2009), Mantoan (1999), Sartorreto (2011) among other. The work it is a descriptive research with a qualitative approach, the results indicate interest on the part of teachers to contribute to the learning of deaf student, however there is a lack of knowledge of Lingua brasileira de Sinais (LIBRAS), so are seeking alternatives in addition to written and collective activities, as a way of welcoming the deaf students and the lack of educational interpreters in school hinder the learning of students. **Word - keys:** Inclusive Education. Deafness. Challenges.

1- Acadêmica do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Angical, Brasil. E-mail: josenayragoncalves1994@gmail.com.

2- Professor Esp. Juraci Pereira dos Santos, professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí-IFPI Campos Angical. Orientador do Trabalho. E-mail: juraci.pds@ifpi.edu.br

INTRODUÇÃO

Muito se sabe sobre os problemas que as pessoas com deficiência têm para adentrar a escola e ter uma vida sem desigualdade diante das outras pessoas. Com os deficientes auditivos não é diferente, um exemplo é a participação e a inclusão na vida escolar, onde muitos desses deficientes são prejudicados na sua vida acadêmica. O principal problema gira em torno da comunicação, algo tão necessário principalmente na educação. Pela dificuldade do referido fator, muitos alunos surdos sentem-se desmotivados e prejudicados em relação aos seus colegas. Por isso, o desenvolvimento do discente pode ser comprometido ou até acarretar o abandono da vida escolar.

Em relação aos problemas de aprendizado, professores, pesquisadores, pedagogos e outros profissionais da área discutem sobre a inclusão ou não de alunos surdos na educação regular. Uns defendem que trocas entre alunos heterogêneos em sala de aula podem fortalecer e desenvolver principalmente a capacidade comunicativa dos mesmos. No entanto, existem opiniões contrárias que afirmam que esse ambiente terminaria excluindo os alunos surdos, pois essa heterogeneidade impossibilitaria ou dificultaria o desenvolvimento das capacidades dos alunos deficientes auditivos.

São geradas muitas discussões em torno do assunto, visto que existem os que defendem a heterogeneidade e os que defendem a educação especializada. Com isso, o trabalho em questão tem o objetivo de investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental da Unidade Escolar Demerval Lobão, localizada na cidade de Angical do Piauí, para ministrar aulas para alunos surdos.

Pouco se percebe, no meio de todo esse contexto, a opinião do próprio portador da deficiência. O mesmo se encontra na linha central do debate com a pauta. Onde seria o ambiente mais propício para o seu processo de inclusão? Seria na escola comum e/ou em suas classes especiais, ou na escola especial de surdos?

Neste contexto, é importante conhecer quais as dificuldades e desafios que os professores do ensino fundamental encontram ao ministrarem aulas para os alunos surdos, tendo em vista a verificação das metodologias que esses profissionais utilizam para superar os desafios do ensino-aprendizagem de alunos surdos. A motivação para esse trabalho veio da necessidade de entender como os

professores da Unidade Escolar Demerval Lobão interagem com o aluno surdo, quais as maneiras de explicar os conteúdos, como é a relação de aluno e professor dentro da sala de aula e se existem dificuldades no processo ensino-aprendizagem, além de investigar se o docente utiliza recursos ou métodos para que o aluno surdo compreenda a sua explicação em sala de aula.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Na história do povo surdo é notável que eram sujeitos que se tornariam incompletos e incapazes. A trajetória dos surdos, em primeiro momento, mostra que há testemunhas de como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade, dessa forma, tornando a vida dessas pessoas difíceis. Os surdos eram discriminados, não sendo tratados com igualdade. Na época da Idade Média, eram consideradas pessoas incapazes de trabalhar, viviam na miséria, não poderiam casar e nem ter filhos, ou seja, indivíduos sem direitos até mesmo à alfabetização.

Honora (2014, p 101) afirma que “os deficientes auditivos não eram bem aceitos pela sociedade, não frequentavam festas, escolas, reuniões de família. Geralmente moravam nos fundos das casas e eram criados por amas de leite.” Nessa perspectiva, a autora confirma que os surdos (pessoas com deficiência) eram indivíduos excluídos da sociedade.

Karin Strobel (2009), professora surda, ao analisar a história dos surdos, criou um cronograma de relatos do que acontecia naquela época com esses sujeitos. Sua análise referente à Idade Antiga (escrita a 476 D.C.), na Grécia e Roma, ainda destaca como os surdos eram vistos, mencionando que eram pessoas amaldiçoadas, castigadas e abandonadas. Eram considerados incompetentes e incômodos para a sociedade e por isso eram sacrificados, jogados em rios e de abismos, e os sobreviventes eram forçados ao trabalho como se fossem escravos. E de certa forma, eram escravos da sociedade.

Com base nessa trajetória citada e toda dificuldade enfrentada por esses sujeitos, Abade Michel de L'Épée, em 1712-1789, fundou na França a primeira escola para crianças surdas, onde se utilizava a língua de sinais com a função de alfabetizar, dar novas oportunidades de ensinar a ler e a escrever, para que elas pudessem transmitir a cultura e ter participação na sociedade e direito à educação.

No ano de 1855 o Imperador D. Pedro II tr s da França o Professor surdo Ernest Huet tendo experiência no ensino para pessoas surdas, com o objetivo de criar no Brasil a primeira escola para surdos, além de que poderia ter a princesa Isabel um filho surdo, pois era casada com o Conde D'Eu relativamente surdo.

De acordo com Levy (1999, p.14) “[...] O currículo apresentado em 1856 tinha como disciplinas o português, aritmética, história, geografia e a “linguagem articulada” e “leitura sobre os lábios”, para os que tivessem aptidão”. No ano seguinte, em de setembro do ano de 1857, foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira escola para alunos surdos, chamada de Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como INES (Instituto Nacional de Educação para Surdos).

No ano de 1880 foi realizado o Congresso de Milão tendo 182 pessoas, a sua maioria composta por ouvintes. Diante das ideias expostas durante o evento, buscou-se destacar que os gestos que os surdos usavam poderiam desviá-los da aprendizagem da linguagem oral, além de decretar que a língua de sinais não poderia ser usada na educação dos surdos, impondo o método oralismo nas práticas educacionais e proibindo o uso dos sinais. Como afirma Skliar:

O Congresso de Milão constituiu não o começo do oralismo, mas a sua legitimação oficial. Um marco histórico que cristalizou a hegemonia do ouvir e do falar, e que se desdobrou em uma série de reformulações nas estruturas, currículos e metodologias de várias instituições da época. (2005 a.p.7-32)

O Congresso de Milão teve como base a integração do uso da linguagem oral visando a possibilidade de que a pessoa ou criança surda pudesse chegar a um padrão de uma pessoa ouvinte buscando a integração em meio a sociedade. No Brasil, a educação dos surdos foi proposta através de métodos Europeus no século XVI e sendo continuada no século XX, tendo em vista que a surdez tem influência em outros países como os Estados Unidos e alguns países europeus.

3 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS.

Ao longo do tempo, a Filosofia Educacional vem manifestando uma relação com a Educação dos Surdos. Diante disso, há variedades de construção de métodos que se baseiam em três abordagens: Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo.

Um dos objetivos principais utilizado dentro do método Oralista é fazer com que a pessoa surda possa desenvolver a fala, já que a mesma é essencial para o

desenvolvimento do sujeito. Esse método foi realizado no ano de 1880 em Milão, na Itália, no Congresso Internacional dos surdos. Segundo Capovilla:

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes. (2000, p.102)

As técnicas mais utilizadas no método Oralista são: o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial. Podemos destacar que o método do oralismo faz com que a criança surda possa estar adquirindo a Linguagem Oral por meio de aplicações sonoras e leitura orofacial, e também a vir se expressar por meios da fala, dos gestos e da língua de sinais. (DORZIAT 1997)

Com relação à Comunicação Total, cabe ressaltar que esta possui métodos manuais, orais e auditivos, além de estabelecer uma união de comunicação entre pessoas surdas ou entre surdos e ouvintes. Dentro da Comunicação Total existe uma filosofia própria em relação à educação, que é explicado por Capovilla da seguinte forma:

Sob a proteção da filosofia educacional liberal da Comunicação Total, os diversos sistemas de sinais criados, de fato, conseguiram aumentar a visibilidade da língua falada, para além da mera leitura labial e, assim, em certa medida, lograram auxiliar a compreensão da língua falada. De fato, não se pode negar o valor dos métodos da Comunicação Total para visualização da língua falada em uma série de áreas de aplicação para o ensino da língua escrita. (2008, p. 1485).

Podemos destacar ainda que um dos métodos defendidos são os usos dos recursos espaços visuais onde se busca facilitar a comunicação entre as pessoas surdas. Segundo Perlin e Karin Lilian Strobel (2009, p. 20), "A comunicação total inclui uma gama de instrumentos linguísticos, ou seja: língua de sinais, língua oral, gestos, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura da escrita, ritmo, dança".

No Bilinguismo adota-se um princípio fundamental de que o surdo deve ter e adotar a Língua de sinais como sua língua principal, sendo assim ensinada desde a infância para facilitar o contato com o mundo. A metodologia usada dentro do contexto do Bilinguismo é identificada por duas Línguas: a primeira é a Língua Brasileira de Sinais e a segunda diz respeito à Língua Portuguesa. De acordo com

Patrícia Kalatai e Eliziane M. Streiechen (2012, p. 8), “[...] o bilinguismo foi uma metodologia adotada a partir das reivindicações dos próprios surdos, pois a mesma tem possibilitado o acesso a duas línguas dentro de um contexto: a língua de sinais e a língua portuguesa [...]”.

4 INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO REGULAR

A Educação Especial está amparada pela Constituição Federal de 1988, que prevê como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos indivíduos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino: “Portanto, a constituição garante a todos o direito à educação e o acesso à escola” (FÁVERO; PANTOJA E MANTOAN, 2007, p. 25). O aluno com deficiência deve cursar o ensino regular, porque é um cidadão com os mesmos direitos que os outros, por isso necessita conhecer o ambiente social dos demais com quem ele conviverá. Para Sartoretto (2011, p. 78), “A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada”. Nesse aspecto, cabe à escola junto com seu gestor e também a área administrativa elaborar o Projeto Político Pedagógico - PPP, que deverá prever cursos de capacitação de professores e encontros da equipe pedagógica com professores ou instituições especializadas no processo ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

Segundo Romanowski (2007, p. 118), com relação à inclusão, destaca-se que a “Educação para Todos exige a garantia de educação e acesso à escola a todas as crianças e jovens, tornando a escola um espaço democrático, melhorando os níveis de escolarização da população como um todo”.

A educação inclusiva está fundamentada em processos participativos, organizada em ciclos de aprendizagem sempre mantidos por um currículo multicultural de uma instituição, um sonho cuja intenção é de resolver o problema da evasão e do fracasso escolar.

Quando discutido sobre integração ou inclusão, é válido lembrar que tudo isso se desenvolve no sentimento de solidariedade humana, de afeto, fazendo com que o ser humano tenha uma visão mais generosa do que significa ser companheiro,

colega e leal, além de ter compreensão da ética nas relações humanas. Desse modo Mantoan ressalta:

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em uma palavra, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptarem às suas exigências (1999, p. 75).

A integração escolar pode ser percebida como algo especial na educação, ou seja, a aproximação do ensino especial ao regular, gerando um grande movimento pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos, técnicas da educação especial às escolas regulares. Quanto à inclusão, esta discute não apenas as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é conflitante com a integração, pois presume a inserção escolar de maneira radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem restrições, devem cursar as salas de aula do ensino regular.

Diante disso, a comunidade surda teve diversas conquistas e uma delas, a mais importante, foi a Lei 10.436, instituída no dia 24 de Abril de 2002, que estabelece em seus artigos:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Portanto, é reconhecido que a Libras é uma comunicação a ser utilizada pela comunidade surda, já no parágrafo único, a referida disciplina tem na sua composição uma estrutura e gramática própria, e está incluso na comunidade surda um domínio maior da Libras que é utilizada pelos surdos, contendo uma cultura própria interiormente da sua língua além de seus direitos.

Art.3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (BRASIL, 2002).

Verifica-se que o aluno surdo deve ser atendido por profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e otorrinolaringologistas, em hospitais públicos de saúde de acordo com o seu problema de audição.

O Decreto de Nº 5.626 foi determinado no dia 22 de dezembro de 2005 e traz consigo a Disciplina de Libras como um currículo, sendo ela obrigatória em cursos de fonoaudiologia e na preparação de tradutores e professores.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL. Decreto Nº 5.626, 22/12/2005, Art. 3)

Podemos perceber uma grande vantagem na questão da Inclusão da Disciplina de Libras em todos os cursos e currículos e principalmente para a formação de professores, onde se pode dar um passo inicial para esses profissionais que futuramente poderão trabalhar com alunos surdos.

Em 6 de julho de 2015 tornou-se válida a Lei 13.146 que concebe o Estado da Pessoa com Deficiência garantindo o direito de igualdade para as mesmas, tendo em vista a inclusão em meio à sociedade abordando um Instrumento de segurança e de garantia dos direitos humanos, conforme encontra-se no Art.1º, no qual é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadã.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa do tipo descritiva. De acordo com Vergara (2000, p.47), 'a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza'. A partir de tal análise se buscou levantar informações, ou seja, os desafios encontrados pelos professores da Unidade Escolar Demerval Lobão no processo de inclusão de alunos surdos no Ensino Fundamental.

Para as coletas dos dados foi aplicado um questionário realizado no mês setembro de 2018 contendo 09 questões abertas e fechadas para 9 professores da Unidade Escolar Demerval Lobão, mas somente 5 devolveram o mesmo respondido. Para poder analisar os questionários, os professores foram identificados como P1, P2, P3, P4 e P5. De acordo com os dados produzidos, é possível se estabelecer no tópico a seguir a análise de dados.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O grupo amostral que fez parte da pesquisa foi constituído por 05 (cinco) professores da referida escola. No que diz respeito à formação inicial dos docentes, constatou-se que, 20% dos professores são licenciados em Ciências Sociais, 20% em Matemática, 20% tem formação em Português, 20% em Educação Física e 20% em pedagogia, sendo que dessa amostra, apenas 80% possuem pós-graduação como mostra o quadro 01.

Quadro 01 – Formação inicial e continuada dos professores participantes da pesquisa da Escola Demerval Lobão, no município do Angical -PI.

Formação inicial	Pós-graduação
Ciências Sociais	História – cultural
Matemática	Não possui pós-graduação
Português	Metodologia do Ensino de Língua e Literatura
Pedagogia	Docência em Ensino Superior
Educação Física	Desporto Escolar

Fonte: Dados Empíricos da pesquisa (2019).

Nesse sentido, a formação inicial é o momento de grande importância para a aquisição de novos conhecimentos, pois é o momento em que o professor começa a construir nas Universidades/Faculdades o seu conhecimento ligado ao seu campo de atuação. Imbernón (2011) julga que a formação inicial deve preparar os futuros professores para entender as transformações que vão aparecendo nos diversos campos, sendo receptivos e abertos a concepções plurais e, sobretudo, capazes de adequar suas atividades às necessidades dos alunos envolvidos no contexto. Sendo assim, a formação inicial do professor é importante em suas práticas pedagógicas.

A deficiência auditiva é um tipo de privação que impede o indivíduo de captar, identificar, reconhecer e interpretar os diferentes estímulos sonoros. Então a surdez é uma deficiência que, nos seus vários tipos e graus, configura-se como a perda da capacidade normal de perceber os sons. O grau e o tipo são classificados pela avaliação da intensidade da captação do som, que é medida em decibéis (dB), isso em cada ouvido individualmente (DESSEN; BRITO, 1997).

Nesse cenário foi questionado aos professores acerca do posicionamento dos mesmos à respeito da inclusão de alunos surdos no ensino regular.

P₁ “Considero importantíssimo, uma vez que traz o aluno surdo para o convívio com outras crianças e principalmente, coloca as crianças ditas “normais” para conviver com os alunos surdos, dando a eles a oportunidade de entrar em contato e aprender a língua de sinais”.

P₂ “Uma política necessária, mais que está sendo implantada de forma errada”.

P₃ “Muito importante, pois faz com que esses alunos se sintam motivados a fazer parte de uma sociedade e úteis”.

P₄ “É muito difícil porque a lei garante uma coisa, mas na realidade é outra bem diferente. Os profissionais não sabem lidar com esses alunos, visto que a grande maioria não é capacitada para desempenhar esse papel”. **P₅** “O estado deveria promover cursos de capacitação aos professores para que estes pudessem contribuir de forma mais eficiente para a inclusão de alunos surdos”.

Fonte: Dados Empíricos da pesquisa (2019).

Identificou-se, então, que os professores compreendem a importância da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Assim percebe-se a existência de dificuldades no que se refere a um melhor qualificação que possa aperfeiçoar suas práticas pedagógicas com o intuito de contribuir na formação do cidadão, para que eles possam conviver melhor em sociedade. A participação da criança nas atividades não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como também é fonte do surgimento de uma conduta apurada historicamente (...). A conduta social é decorrência do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental (VYGOTSKY, 1989).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura que é de competência dos docentes zelar pela aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, constatou-se que os professores participantes da pesquisa não possuem

nenhuma qualificação em língua brasileira de sinais para lidar com esse público, o¹⁴ que dificulta a comunicação entre o professor e o aluno surdo.

Sendo assim, foi questionado aos professores como ocorre a comunicação entre o professor e o aluno surdo em sala de aula.

P₁ “Às vezes, copio algo no caderno e, em outras vezes consigo me comunicar por sinais”.

P₂ “Através da escrita. Eu escrevo a informação que quero que ele saiba, ele também se comunica escrevendo para mim, só que esse processo leva tempo e, as vezes o barulho dos demais alunos faz com que não dê a devida atenção ao aluno”.

P₃ “se comunica através de gestos com o aluno”.

P₄ “Me comunico com o aluno de maneira oral e fala”. **P₅** “Através da escrita e gestos”.

Fonte: Dados Empíricos da pesquisa (2019).

Os desafios de alfabetização de alunos com deficiência auditiva se tornam muito grande, uma vez que os professores não possuem nenhuma qualificação que proporcione uma inclusão desses alunos no ambiente escolar. A proposta educacional inclusiva consiste no fato de que alunos com necessidades especiais têm o direito de acesso à educação e também ao Atendimento educacional especializado (DAMAZIO, 2007).

Além do problema da comunicação, também são levantadas inúmeras polêmicas em torno da educação escolar das pessoas com surdez. Dois lados são muito debatidos: a educação inclusiva no ensino regular e ensino especializado voltado às necessidades das pessoas surdas. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, Art. 4º, inciso III, o dever do estado consiste em garantir uma educação de qualidade a todos os estudantes, garantindo o atendimento especializado e gratuito aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, sendo matriculados preferencialmente na rede regular de Ensino.

Acerca do conhecimento e convívio social influenciando no desenvolvimento da pessoa surda no que diz respeito à construção de seus conhecimentos, foi questionado aos professores quais são as dificuldades que encontram para ensinar os alunos surdos?

P₁ “Encontro algumas dificuldades com relação à comunicação, ao explicar 15 algumas coisas, também com relação ao tempo que dedico para ensiná-lo, pois tenho 28 alunos na turma. É difícil controlar a turma no momento em que está ensinando-o”.

P₂ “Se comunicar com o estudante para ensinar o assunto da disciplina”.

P₃ “A principal dificuldade é a comunicação, pois conheço a língua de sinais, mas não tenho prática. Isso faz com que o aluno fique de certa forma excluído”.

P₄ “A maior dificuldade é o processo ensino-aprendizagem, creio que não seja eficiente devido à dificuldade de comunicação”.

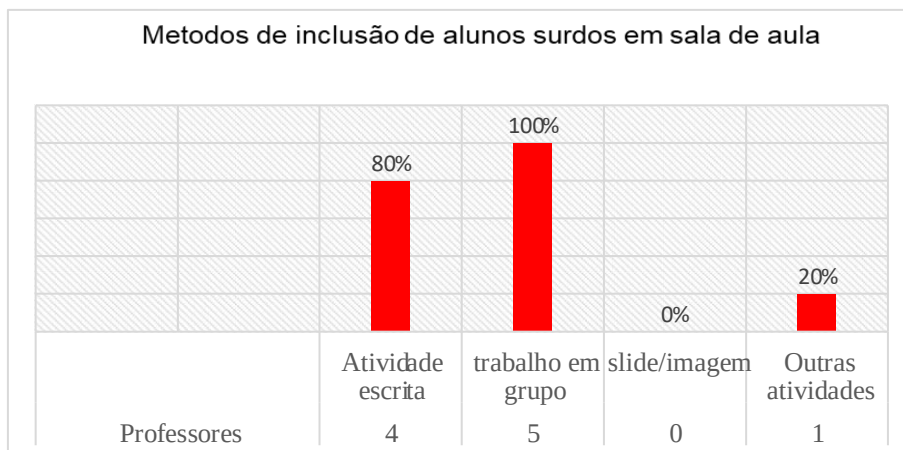
P₅ “De não ter uma capacitação mais voltada para o ensino de Libras”.

Fonte: Dados Empíricos da pesquisa (2019).

Os deficientes auditivos enfrentam vários problemas para que possam participar da educação escolar, por causa da difícil comunicação e das estruturações das propostas educacionais das escolas. Muitas vezes os alunos surdos são prejudicados pela falta de propostas que possam ser adequadas ao seu desenvolvimento cognitivo, social e cultural, fato que acaba dificultando o processo de aprendizagem (DAMAZIO, 2007). Caso não receba atendimento adequado, o aluno surdo pode ter comprometimentos maiores pelas suas dificuldades educacionais. A educação bilíngue é uma saída para o problema na comunicação, que consiste na aquisição de duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa (LIMA, 2006).

Nesse aspecto, fica evidente que o professor tem uma grande responsabilidade no que diz respeito à aprendizagem dos estudantes, pois são suas práticas que irão, além de orientar os estudantes, dar uma visão mais ampla no desenvolvimento dos mesmos sem distinção, ou seja, dentro das suas atividades, o professor deve planejar como inserir esses estudantes nas atividades, seja elas em grupos ou individuais, desenvolvendo, assim, a autonomia dos alunos, passando-lhes confiança para que eles possam se desenvolver. Dessa forma, foi questionado aos professores como eles inseriam os alunos nas atividades em sala de aula. Os resultados constam no gráfico abaixo.

Gráfico 01 – Qual método que você utiliza em sala de aula para incluir o aluno surdo no processo de ensino – aprendizagem.



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2019).

Como podemos observar, o processo de inclusão dos alunos surdos é feito de maneira um pouco diferente, pois como os professores não dominam a Língua Brasileira de Sinais, torna-se muito difícil para eles a comunicação com esses estudantes. Assim, 80% dos professores afirmam usar atividades escritas em sala de aula, já 100% dos docentes adotam atividades em grupo e 20% utilizam outras atividades como, por exemplo, resoluções de atividades no quadro como forma de inclusão dos estudantes nas atividades escolares em sala de aula.

Mas a mudança não deve ocorrer só na sala de aula e na prática do professor, já que o sistema educacional como um todo deve viabilizar políticas de apoio ao aluno com surdez, além de fornecer recursos materiais. Devem-se estabelecer parcerias entre Secretarias, Estado, escola, comunidade e família, além de tantos outros profissionais da área (LIMA, 2006). O princípio fundamental que vigora na escola inclusiva é que todos os estudantes devem aprender com as mesmas metodologias, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença. Sendo assim, foi questionado ao professor, como ele realiza a avaliação da aprendizagem dos alunos surdos.

P₁ “A avaliação é igual para todos, ele estava realizando em dupla antes de eu vir para a escola. No entanto, quando entrei defendia a ideia de que ele poderia fazer sozinho, que tem plena capacidade para isso”.

P₂ “Através das atividades em sala, avaliações, comportamento em sala de aula”.

P₃ “Do mesmo modo dos outros alunos, mas o aluno surdo fica na companhia de outro aluno”.

P₄ “Esse público faz a mesma avaliação que os demais, ele não é acompanhado por um profissional, temos na escola somente um caso de surdez e não temos muitos problemas porque esse aluno domina muito bem

esse português, então toda comunicação com o mesmo é feita através da escrita”.

P₅ “Normal igual aos outros alunos até porque eles têm capacidades tanto quanto os demais”.

Fonte: Dados Empíricos da pesquisa (2019).

São geradas muitas discussões em torno do assunto, existem os que defendem a heterogeneidade e os que apoiam a educação especializada. Com isso, mostra-se que os professores, por não haver uma boa comunicação entre os estudantes surdos, tentam compensá-los colocando-os para fazer avaliações com outro colega que escutou toda a explicação dos conteúdos trabalhados em sala, mas mesmo que esse aluno tire uma boa nota, será que ele compreendeu o conteúdo? São questões como essa que nos levam a pensar como esse aluno surdo se sente com relação à aprendizagem. A inclusão de pessoas com deficiência deve acontecer em todos os seguimentos da sociedade e na sala de aula é essencial, mas para isso, os professores precisam conhecer de perto essa temática (ARAÚJO NETO, 2018).

A escola se constitui como um recurso fundamental para a formação do indivíduo, de modo que ele possa prosseguir com o seu desenvolvimento, no entanto, percebe-se que a instituição não oferece um atendimento adequado aos estudantes, pois sabemos que eles necessitam de um atendimento especializado como manda a lei, mas a escola não dispõe desse profissional e os professores não possuem qualificações mínimas necessárias para orientar os alunos com deficiência auditiva presentes em suas aulas. Nesse sentido, recomendamos que o corpo docente da referida escola tenha capacitações na área de educação inclusiva para que possa atender melhor esses estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na legislação que rege a educação em todo o Brasil, os alunos com deficiência devem ser matriculados preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, os professores se mostraram interessados em contribuir com a aprendizagem dos alunos surdos, pois eles mantêm uma boa relação com os alunos e buscam ajudar da melhor forma, para que eles não sejam prejudicados.

Vale ressaltar, que os professores relataram ter uma grande dificuldade para trabalhar com esses alunos. Uma das dificuldades é a falta de conhecimento da

Língua Brasileira de Sinais, que dificulta a sua comunicação com os mesmos. Nesse sentido, buscam alternativas, como textos escritos, que é o mecanismo de comunicação entre os professores e aluno.

Assim, as estratégias de inclusão adotadas pelos professores são as atividades coletivas, nas quais os estudantes surdos fazem parcerias com os alunos ditos “normais”. Nas atividades escritas, os alunos põem em prática o que aprenderam. Tudo isso constitui formas nas quais o aluno surdo possa se sentir acolhido não só pelos professores, mas pelos seus colegas de classe e todo o corpo escolar. A falta de intérpretes educacionais na escola faz com que haja uma dificuldade da aprendizagem do aluno surdo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO NETO, Z. C.; ARAUJO, M. S. O transtorno do espectro autista: desafios e possibilidades na prática pedagógica de professores em Floriano/PI. **Anais do V Congresso Nacional de Educação**. Recife – PE. 17 a 20 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei 9394 de 24 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394-96 Eca**.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.

Brasil Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. “Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dez. 2005**. Presidência da república, Casa Civil, Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 04 de fev. de 2019.

BRASIL, Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso em: 27 jan. 2019.

Brasil congresso Nacional **Lei Brasileira de Inclusão** nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Senador Paulo Paim. Disponível em: <http://psinaed.cfp.org.br/wpcontent/uploads/sites/19/2016/02/Estatuto-da-pessoa-com-defici%C3%A2ncia.pdf> Acesso em: 1 jan. 2019.

CAPOVILLA, Fernando César. **A evolução nas abordagens à educação da criança surda do Oralismo à Comunicação Total, e desta ao Bilinguismo**. In: CAPOVILLA, Fernando

César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue: Língua Brasileira de Sinais. Volume II. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008. P. 1479-1490.

CAPOVILLA, Fernando C. **Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.6, nº1, 2000, p.99-116.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_da.pdf. Acessado em: 03 jan. 2019.

DESSEN, M. A.; BRITO, A. M. W. **Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1997, n.12-13, pp.111-134. ISSN 0103-863X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1997000100009>. Acessado em: 02 jan. 2019.

DORZIAT, Ana. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica**. Revista Integração, nº 18, 1997, p. 8-13.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa Marillac P; MONTAÑA Maria Tereza Eglér. **Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

HONORA, Marcia. **Inclusão educacional de alunos surdos: concepção e alfabetização ensino fundamental ,1ciclo/** Marcia Honora. São Paulo: Cortez, 2014

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KALATAI, Patrícia; STREICHEN, Eliziane M. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. In: III SEPED - Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati, 2012.

LEVY, C.C.A.C; SIMONETTI, P. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca, 1999.

LIMA, D. M. C. A. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. [4. ed.]. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 89 p., 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: SENAC, 1999.

QUADROS, R.M. de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP – Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulina. **Formação e profissionalização docente**. 3° ed. Curitiba: Ibpx, 2007.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão: da concepção á ação. In: MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SKILAR, Carlos (Org.). **A surdez - um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: mediação, 2005 a.p.7-32.

STROBEL, Karin. **História da Educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.s

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.47.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.